



## **Jornalismo, Conferência Nacional de Comunicação e Acessibilidade: Apontamentos para Reflexão<sup>1</sup>**

Jonara Medeiros SIQUEIRA<sup>2</sup>  
Amanda Falcão EVANGELISTA<sup>3</sup>  
Joana Belarmino de SOUZA<sup>4</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### **RESUMO**

Este artigo traz reflexões acerca das pautas sobre acessibilidade na Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) e das práticas jornalísticas que historicamente se revelam inacessíveis num país onde 24% da população é de pessoas com deficiência. A presente pesquisa visa problematizar e questionar o modelo tradicionalmente difundido e a produção jornalística em sua perspectiva de conteúdos acessíveis. Por meio de um panorama histórico e contextual, o estudo indicia a necessidade de uma revisão das práticas jornalísticas para a produção de conteúdos, adotando novos direcionamentos para um jornalismo onde a informação seja efetivamente um serviço público para todos, com respeito as fatos e aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Acessibilidade; Confecom; Direito Humano à Comunicação; Cibercultura; Tecnologias da Informação;

### **Introdução**

O Censo do IBGE/2010, aponta que quase 46 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência: mental, motora, visual ou auditiva. Esse número corresponde a 24% da população total do país.

A Região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências, de 26,3%, tendência que foi mantida desde o Censo de 2000, quando a taxa foi de 16,8% e a maior entre as regiões brasileiras. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT de Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014

<sup>2</sup> Mestranda em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [jonamedeiros@gmail.com](mailto:jonamedeiros@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [amanda.falcoa@gmail.com](mailto:amanda.falcoa@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB, email: [joanabelarmino00@gmail.com](mailto:joanabelarmino00@gmail.com)



respectivamente. Esses dados corroboram a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza e que os programas de combate à pobreza também melhoram a vida das pessoas com deficiência. Entre os estados brasileiros, a maior incidência da deficiência ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com taxas de 27,76% e 27,58%, respectivamente, bem acima da média nacional de 23,9%.

Os dados revelam que a maioria das pessoas que têm deficiência está concentrada em níveis de instrução e de rendimento muito baixos. Enquanto 10,4% dos que não têm deficiência tem [ensino] superior completo, apenas 6,7% das pessoas com deficiência estão nesse patamar. Para essa comunidade, geralmente são negados a integração social e o ingresso no mercado de trabalho.

Dados do setor corporativo de mídia demonstram que 45% das emissoras de rádio estão sob o controle de políticos; 25% sob o comando de igrejas de matrizes evangélicas; 10% para católicos e somente 20% nas mãos de produtores independentes situados em rádios autônomas. Esse fenômeno pode nos ajudar a compreender as razões de muitas populações se considerarem invisíveis socialmente. Como podemos pensar que as pessoas com deficiência podem ter acesso à produção de conteúdos e o direito de expor suas opiniões, sua cultura e suas causas nesses meios? Um número muito pequeno dessas pessoas consegue exercer seu direito à comunicação no Brasil.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. (...) O que significa que neles [meios de comunicação] não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das majorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 63)

Em tempo, o presente estudo buscou entender a construção da notícia no Brasil baseada em aportes difundidos historicamente através dos manuais de redação, em empresas privadas, grupos cooperativos e instituições públicas de comunicação no país.

No ensino brasileiro do jornalismo – sempre esteve presente o preconceito contra estes tipos de publicação – no Manual de Laboratório de Jornalismo na Internet, publicado pelos professores Marcos Palacios e Beatriz Ribas, da Universidade da Bahia,



se registra a defesa dos manuais feita por Luiz Beltrão no final dos anos 60 (Beltrão, 1969:17): “O uso dos compêndios – que alguns pedagogos condenam, especialmente no ciclo superior de ensino – justifica-se como ponto de apoio para o desenvolvimento de pensamento reflexivo do aluno, pois sistematiza as informações prestadas em classe, ao mesmo tempo que reduz o seu esforço de tomar apontamentos (...) Os compêndios são convites a que os alunos conheçam mais profundamente os temas ali tratados em síntese, desde que devem conter indicações bibliográficas, citações e dados que levam os estudiosos a leituras complementares.

Na época, Beltrão alertava para a necessidade de se produzir obras didáticas relacionadas com a realidade local, chamando a atenção para as lacunas existentes nos livros traduzidos, pouco adequados ao estágio do nosso ensino e da prática no país.

Um exemplo de uma publicação que alterou e fez muitas outras empresas usarem e seguirem a sua linha editorial foi a Folha de São Paulo, quando em 1984 criou o Manual Geral da Redação, a fim de traduzir em normas a sua concepção de jornalismo. O texto não se limitava a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem. Dava ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões diárias na Redação. Esse manual teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 1987.

Em 1992, a Folha editou o Novo Manual da Redação. Nele, as regras anteriores se flexibilizavam, admitindo nuances, deixando de lado uma padronização considerada intransigente.

Nesse sentido, é louvável a difusão das regras mas é evidente que a meta é atingir o nível técnico, metódico e conceitual. Onde encontramos direcionamentos ou reflexões sobre o consumo desses conteúdos? O público, em sua totalidade, pluralidade, acessa os conteúdos do modo que sempre foram tradicionalmente aplicados? Será que ao longo dos anos consumindo os manuais e aplicando as regras, as empresas estão cumprindo o seu real papel de informar para todos? E os estudos de consumo de mídia, existem?

Mas, de qual comunicação estamos falando? Daquela que busca o diálogo, ou a que trabalha para manter as pessoas em sua ignorância ou obscurantismo, em meio à consolidação de uma indústria de bens simbólicos?

Nos meios de comunicação não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das majorias, não somente se



comercializam formatos, mas recriam-se narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva. (MARTÍN- BARBERO, 2002, p.63).

E os percentuais do Censo que a cada ano revela os números de uma parcela da população que cresce a cada dia, essas pessoas com deficiências estão na pauta? A deficiência é protagonizada no jornalismo? O jornalismo é acessível? Numa era de convergência onde muito da acessibilidade no mundo se evolui por conta dos dispositivos tecnológicos, será que a informação acompanha essa demanda real, virtual?

(...) todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação, e considerando-se que esses fenômenos só comunicam porque se estruturam como linguagem, pode-se concluir que todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas de linguagem e de sentido (SANTAELA, 1994, p. 12).

O problema é que, até o momento, esses manuais param nas normas estilísticas. Essas regras de estilo jornalístico vêm se repetindo em livros de redação pelo menos há 70 anos. Hoje, no cenário de jornalismo no ciberespaço, o que muda no ciberjornalismo não é o estilo. A verdadeira mudança tem a ver com a estrutura do texto, do discurso, alterada por conta do hipertexto e das interações com o público, o receptor ativo, que é deficiente, que está na rede e questiona os formatos, modelos e conteúdos.

Hoje, percebemos, como chama atenção Dominique Wolton, que o receptor não é esse ser tão previsível, estático.

Impossível falar de vitória da comunicação sem falar daquele a quem ela se dirige: o receptor. Na realidade, o receptor complica tudo, raramente está onde o esperamos, compreendendo em geral, algo diferente do que lhe dizemos ou gostaríamos que compreendesse pelo som, pela imagem ou pelo dado. Ele é a caixa preta (WOLTON, 1999, p.32).

Os defeitos dos manuais de redação não estão nas dicas de texto nem na pretensão de colocar cabrestos nos repórteres para, assim, adaptá-los às características de cada meio. O pecado capital de todo manual de redação é seu caráter doutrinário.



O jornalismo é um bem comum à sociedade e tem na sua abordagem científica signos e normas voltados para a disseminação da informação a partir de contrapontos críticos.

O direito à comunicação significa também o direito a ter presença e participação. Não somente acesso à informação, mas, muito mais que isso, ter acesso aos meios de produção da informação. Trabalhamos hoje com novos modelos de comunicação que ultrapassam o modelo distributivo e permitem mais participação e interatividade, visto que qualquer pessoa que tenha acesso aos meios torna-se comunicador (a). (SELAIMEN, 2004, p.23)

### **A Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) e Setor Público como Cenário para um Protagonismo com Jornalismo Acessível**

Na tentativa de pautar os debates, na I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada entre 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília/DF, o movimento de surdos, mesmo com poucos participantes, elencou, como campo de batalha, o eixo 14 dos grupos de trabalho, que primou pela questão da acessibilidade e direitos humanos. Dessa forma, a comunidade se fez representar na Conferência que, ao apostar no tema Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital, reuniu 1.684 delegados de 27 Estados da federação (40% de representação da sociedade civil, 40% das entidades empresariais e 20% do poder público), e teve 672 propostas aprovadas.

De acordo com dados do Coletivo Intervezes um dos maiores impactos da I CONFECOM foi a realização de discussões, nos estados brasileiros, que envolveram cerca de 30 mil pessoas da sociedade civil. Os debates provocados em todos os lugares do país são contabilizados como positivos, uma vez que os eixos que nortearam as etapas municipais (Produção de Conteúdo, Meios de distribuição e Cidadania: Direitos e deveres) propiciaram reflexões sobre os rumos da comunicação no país.

Durante o processo nacional, as propostas aprovadas compuseram um mosaico com orientações para nortear, sobretudo, as ações políticas de integrantes da sociedade civil organizada nos embates em torno de uma mídia plural, diversa e que respeite os direitos humanos. Segundo dados do Coletivo Intervezes:

Outro marco da Confecom foi ter apontado resoluções que modificam substancialmente o modelo de comunicação hoje adotado no país. As quase 700 propostas aprovadas (cerca de 600 delas por consenso ou com



mais de 80% de votos favoráveis) revelam a qualidade dos debates feitos pelo conjunto dos setores e, principalmente, a necessidade urgente de se atualizar o marco regulatório tendo como princípios fundamentais o direito à comunicação, a participação social e o respeito e estímulo à diversidade<sup>5</sup>.

A questão mais importante para as pessoas com deficiência, aprovada na Conferência, foi a implementação imediata do que determina o decreto 5296, de 2004, que aprova a lei de acessibilidade. Outra muito comemorada pelos surdos foi a que se posiciona contra a “protelação, procrastinação do Ministério das Comunicações em relação à audiodescrição”. Essa foi tão bem articulada dentro dos grupos de trabalho, pelos movimentos sociais que representaram o segmento, que sequer precisou ser votada na plenária final, por ter mais de 80% de aprovação nos GTs.

Apesar da vitória nesse tópico, no quesito da audiodescrição o avanço não foi tão significativo, uma vez que na portaria, publicada pelo Governo Federal, em 27 de novembro de 2009, iniciando a abertura de consulta pública sobre o tema, o número de horas com programação acessível era bem superior ao que foi aprovado pela Confecom. Desse modo, para as pessoas com deficiência, a norma é mais importante e abrangente.

No começo, será preciso exibir apenas duas horas semanais e, depois de onze anos, devem chegar a 24 horas semanais de conteúdo audiodescrito. Na primeira versão da norma, em 10 anos, as TVs teriam de ter 100% da programação acessível ao fim do prazo<sup>6</sup>.

O cenário aponta desafios e oportunidades para as pessoas com deficiência galgarem espaços de ação e de composição política na sociedade. A vivência durante os processos da Confecom propiciaram muito mais do que a aprovação de propostas que garantam seus direitos a uma mídia democrática e diversa, onde todas as camadas da população poderão ter espaço. Também se faz necessário valorizar as intervenções que estão abrindo caminhos de reconhecimento junto à sociedade nas comunidades, organizações sociais e periferias. Assim, podem colaborar para que a circulação de informações não permaneça ao sabor dos ditames do mercado e poderão ser compartilhadas com todas as pessoas, como elabora Bia Barbosa:

---

<sup>5</sup> Extraído de: <http://tinyurl.com/l3sdn8s>. Acesso em 20/03/2014.

<sup>6</sup> Retirado de: <http://tinyurl.com/kgz6let>. Acesso em 25/03/2014.



A informação deve produzir reflexão sobre os acontecimentos e não uma submissão à emoção proposta por eles. Não interessa o espetáculo da notícia; interessa o acompanhamento e reflexão sobre os problemas brasileiros e mundiais e as alternativas para sua superação. Uma programação que permita outras abordagens de opinião; e que reconheça os processos sociais centrais para a comunidade que, a partir de suas especificidades, dão visibilidade a outros sujeitos da comunicação (BARBOSA in Revista Edusp, 2008).

E não é isso o que os meios de comunicação, principalmente o rádio e a televisão deveriam favorecer? Mesmo com as conquistas, ainda é preciso que tenhamos consciência de que há muito caminho a ser percorrido quando imaginamos a plena acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação. Contudo, mais do que participar, é urgente que esse público ultrapasse o lugar da recepção controlada pelos *media* para ocupar um espaço na produção de conteúdos, de modo que possa, atuar como co-participante no ato de avanços no campo da comunicação, que só assim será dialógica e libertadora.

Outro destaque importante dessa história nos leva a salientar que o Brasil, apesar de ser signatário da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ainda não implementou, na prática, suas orientações e determinações. Sendo assim, permanece em condição de inconstitucionalidade, uma vez que não estabeleceu prioridade em viabilizar a acessibilidade na comunicação. A situação é mais grave quando observamos que a emenda 45 da Constituição Federal aponta que os tratados internacionais da área dos direitos humanos, aceitos pelo Senado e pela Câmara Federal podem vigorar, no país, como emendas constitucionais. Esse descumprimento está contrariando o que prevê o Supremo Tribunal Federal.

Pelo que percebemos, a simples existência dos tratados, das leis e das convenções não garante a democratização no campo da comunicação no Brasil. Mesmo assim, os espaços de debate, de troca de ideias e as experiências de todos os sujeitos sociais devem ser compreendidas como instantes de conquistas que precisam ser efetivadas no cotidiano. Só assim, as pessoas com deficiência serão mais do que incluídas em uma programação direcionada para elas. É importante considerar que essa população tem suas formas de comunicação, de diálogo, de troca, de compartilhamento. E uma política nacional de comunicação não pode ser pensada sem levar em consideração a riqueza dessa diversidade. Se o Brasil não ousar sair desse lugar de imposição do pensamento e da tomada da palavra por poucos, corre o risco de continuar em incomunicação, como traduz Eduardo Galeano:



Esse mundo sem alma que os meios de comunicação nos apresentam como único possível, os povos são substituídos pelos mercados; os cidadãos, pelos consumidores; as nações pelas empresas; as cidades pelas aglomerações; as relações humanas pelas concorrências comerciais (GALEANO *in* MORAES, 2006, p. 150).

### **A Internet como Ambiente para Construção de Conteúdos Acessíveis no Jornalismo**

O Brasil desponta, no cenário internacional, como um dos países onde o acesso da população à internet e às redes sociais vem crescendo, principalmente nos últimos cinco anos. De acordo com um estudo de Ibope/ Nielsen, em dezembro de 2009, o país possuía 67,5 milhões de internautas. Significa dizer que havia, naquele mês, mais de 30% do contingente populacional brasileiro na “rede”. A pesquisa também revelou que o país ocupa a quinta posição no ranking das conexões à internet. Portanto, podemos falar que estamos às portas de uma revolução intensa no ato de apreender a realidade, o tempo e as ações cotidianas.

Na era da interação mediada pelo computador e do surgimento de novas formas de interação e socialização com a possibilidade do compartilhamento de saberes e conhecimentos quase que imediato por meio das potencialidades abertas com tal navegação, é cada vez maior a compreensão de que as identidades sociais estão sendo forjadas, também, com a participação das pessoas no Ciberespaço.

O estudo do Ibope/Nilsen, de 2009, também constatou que:

27,5 milhões acessam regularmente a Internet de casa, número que sobe para 36,4 milhões se considerados também os acesso do trabalho (jul/2009). 38% das pessoas acessam à web diariamente; 10% de quatro a seis vezes por semana; 21% de duas a três vezes por semana; 18% uma vez por semana. Somando, 87% dos internautas brasileiros entram na internet semanalmente <sup>7</sup>.

Dias (2003) considera a acessibilidade como a possibilidade de qualquer pessoa,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasileiro-e-o-que-mais-acessa-redes-sociais-12052010-23.shl>. Acesso: 03/02/2014, às 18h.



independente do tipo de tecnologia de navegação, ser capaz de interagir com sites, compreendendo as informações neles contidas de forma integral. Freire (2003) menciona que os recursos da tecnologia da informação e comunicação integram recursos verbais e não-verbais que caracterizam as interfaces dos programas de computador, possibilitando analisar o funcionamento discursivo da linguagem.

Para além da produção de imagens que retratam a realidade cotidiana das culturas onde transitam, pelos meios de comunicação de massa, o importante é perceber que o processo comunicativo muitas vezes mediado pelas tecnologias e ferramentas disponibilizadas pelas redes, vem propiciando a emergência de novas sensibilidades e conexões. No caso dos manuais, hoje digitais, disponíveis gratuitamente e na rede, diversas organizações e jornalistas estão compreendendo a importância dessa participação em seu dia a dia. Estão descobrindo as potencialidades reais e imediatas de interação, fenômeno que dialoga com o pensamento de Henry Jenkins (2006):

Ainda estamos aprendendo como exercer esse poder - individual ou coletivamente - e ainda estamos lutando para definir as condições sob as quais nossa participação será permitida. Parte do que precisamos fazer é descobrir como - e por que - grupos com diferentes formações, projetos, pontos de vista e conhecimentos podem se ouvir e trabalhar juntos pelo bem comum. Temos muito o que aprender. (JENKINS, 2006, p. 381)

O Ciberespaço<sup>8</sup> pode ser definido como um *locus* não apenas técnico de interconexão na rede mundial de computadores, a internet. Trata-se de um ambiente que possibilita o encontro e o compartilhamento de informações, ideias e conteúdos por meio de vários suportes/ferramentas. Uma das referências nesse campo, a obra do pesquisador Pierre Levy (1999), intitulada “Cibecultura”, compreende o ciberespaço para além da infra-estrutura material da comunicação, mas, um conjunto de técnicas que estão sendo desenvolvidas em meio ao desenvolvimento desse novo modo de ser e estar no tempo e no universo.

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das

---

<sup>8</sup> A palavra, de origem americana, foi usada, pela primeira vez, por Willian Gibson, ao denominar um mundo de redes digitais e um *locus* que possibilita o encontro mundial e que congrega o hipertexto, a multimídia interativa, a simulação, a realidade virtual, dentre outros.



etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos (LIMA, 2006, p.55).

Para além da virtualidade que, por vezes, emerge como mais real e pulsante do que a base material das relações sociais, o ciberespaço tem possibilitado a interação mediada pela tecnologia, o acesso de diversos segmentos potencialmente excluídos de lugares convencionais do jornalismo, como rádio, televisão e jornais.

Martín-Barbero (2003) discute a interpenetração da comunicação, tanto na cultura, quanto na tecnologia. Notamos que é imprescindível, nesse processo, a aproximação da teoria com o cotidiano da apropriação dessa comunicação e dessa técnica pelos sujeitos envolvidos, também buscando desvendar o que eles estão fazendo com o que experimentam/aprendem/compartilham.

A sociedade contemporânea (dita “pós-industrial”) rege-se pela mediatização, quer dizer, pela tendência à virtualização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. (SODRÉ *in* MORAES, 2006, p. 20-21).

Partimos do pressuposto de que sem o exercício da liberdade de expressão, por conta das barreiras da exclusão social, agravadas com a alta concentração dos meios de produção dos bens simbólicos nas mãos poucos grupos de mídia no Brasil, as pessoas surdas ficam cerceadas de desenvolver suas potencialidades comunicativas. Diante de tal constatação, notamos a inserção....

Na internet, argumenta Pierre Lévy, as pessoas subordinam sua expertise individual a objetivos e fins comuns. "Ninguém sabe tudo. Todo o conhecimento reside na humanidade." A inteligência coletiva refere-se a essa capacidade das comunidades virtuais de alcançar a expertise combinada de seus membros. O que não podemos fazer ou saber sozinhos, agora podemos fazer coletivamente. E a organização de espectadores no que Lévy chama de comunidades de conhecimentos permite-lhes exercer maior poder agregado em suas negociações com produtores de mídia. (JENKINS, 2006, p. 56)



## Considerações Finais

Conclui-se que, atualmente, o lugar onde se pauta e tenta construir um ambiente com jornalismo acessível é no sistema público de comunicação, propriamente na Empresa Brasil de Comunicação – EBC, pois os fundamentos apresentados por meio da construção coletiva do Manual de Redação da organização aponta valores alinhados a um Plano de Trabalho que vem sendo elaborado com importantes contribuições através do Conselho Curador com representação da sociedade civil organizada.

O desafio para o jornalista é dominar ferramentas, sim, mas isso é secundário. Ele deve se preocupar com a linguagem, as técnicas, a ética dos procedimentos na hora de obter a informação na web e nas diversas ambiências, o tratamento informativo num espaço que exige uma rapidez absoluta. Os jornalistas não devem ficar presos aos formatos narrativos tradicionais, podem e devem experimentar. Os leitores estão experimentando livremente, criando seus blogs, adotando com naturalidade a interatividade, a multimídia. Os jornalistas também podem arriscar. A tecnologia não é inimiga, é um aporte positivo.

Muitas reflexões sobre a melhor forma de desenvolver a pesquisa surgem no contato com as pessoas com deficiência e os jornalistas que se propõe a conhecer a proposta, ou mesmo, dialogando com ela. Ao final do mapeamento, revisão bibliográfica e leitura de inúmeros documentos publicados sobre manuais e guias que atuam com o segmento, fiquei altamente inclinada a dizer que o jornalismo não é acessível e que realmente precisa se aproximar da realidade e conhecer das especificidades para gerar conteúdos acessíveis.

Os produtores dos conteúdos circulantes entre as diversas formas de comunicação (*sites, blogs, TV, rádio, jornal*, e etc) convergem para o estabelecimento de formas de contato, compartilhamento e interação. Desse modo, será possível identificar quais são as estratégias para se alterar uma rotina, por meio da experimentação com modelos de comunicação que já existem, que contemplam a pluralidade de sentidos e de pessoas existentes na sociedade.

Tais apontamentos trazem indicativos da posição ocupada pela tecnologia da informação, onde se desenha novas possibilidades de se gerar conteúdos ao alcance de todos, através do uso devido das ferramentas tecnológicas, propiciando a capacitação dos profissionais para o conhecimento das demandas, por meio de uma garantia desses serviços no campo da produção e circulação. Em suma, a CONFECOM mobilizou a



temática em 2009 ela vem se protagonizando em diversas esferas públicas, o alinhamento entre jornalismo acessível e tecnologia da informação, podendo assim ser o caminho para apropriação de uma práxis que saia da antiga condição de incomunicação para o estimulante lugar de protagonismo na sociedade.

Sair da padronização para uma posição de trabalho horizontal, múltiplo e agregando culturas de resistência como as das pessoas com deficiência, de acordo com os dados coletados por esse estudo, estão saindo, requer uma reconfiguração urgente do próprio sentido da palavra comunicação, para sair da condição de incomunicação, de um jornalismo limitado e excludente. Palavra esta de ímpar apropriação por aqueles que estão tentando cada vez mais ocupar um lugar de sujeito político em meio às lutas sociais reais que estão sendo travadas na cena pública.

### **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, Bia. TV Brasil: O faz-de-conta de uma emissora pública. *In: REVISTA AEDUSP. Mídia (s) no Brasil: O poder dos conglomerados e os múltiplosm contrapoderes.* São Paulo, 2008, nº 42. p. 44 a 54.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALEANO, Eduardo. A Caminho da Sociedade da Incomunicação? *In: MORAES, Dênis (Org). Sociedade midiaticizada.* Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 149-154.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** - 2.ed. - São Paulo : Aleph, 2009.

IBOPE. NIELSEN, 2009. Disponível em: <  
<http://www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m=577> >. Acesso: 01/06/2014, às 23h.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação. *In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.* Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

MARTÍN-BARBERO, J. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social.** *In: SOUZA, Mauro Wilton de (org.). Sujeito: o lado oculto do receptor.* São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 39-68.

REVISTA AEDUSP. **Mídia (s) no Brasil: O poder dos conglomerados e os múltiplosm contrapoderes.** AEDUSP: São Paulo, 2008, nº 42.



SANTAELLA, Lúcia. "Por uma classificação da linguagem escrita". *In: Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. **Sociedade da informação: um tema de tod@s**. Rio de Janeiro: Rits, 2004.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Lisboa: Difel, 1999.